

**- XXIII -****POLÍTICAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE  
PROFESSORES PARA USO PEDAGÓGICO DAS  
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO****Denilton S. Oliveira**UFRN – denilton@ufrn.edu.br<sup>17</sup>**Luciane Terra S. Garcia**UFRN - lts Garcia@gmail.com<sup>18</sup>

O presente trabalho, objetiva discutir as políticas de formação de professores para uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), tendo em vista sua importância na mediação das práticas pedagógicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que utilizou como procedimentos a revisão bibliográfica e documental, por meio dos quais se buscou entender as *políticas públicas* que promovem práticas formativas docentes para o uso das TICs.

A formação continuada de professores representa um grande desafio considerando as demandas de uso de novas tecnologias nas escolas. No contexto da sociedade da informação, crescem as dificuldades de certos professores, nascidos em meio a uma *cultura analógica*, sem *fluência tecnológica* e que precisam atuar em um contexto *digital*, dominado, em grande medida, pelos estudantes (SCHLEMMER, 2006).

Nesse contexto, o uso de determinados recursos tecnológicos pode colaborar na superação do modelo tradicional de educação, cabendo ao professor contextualizar e imprimir sentido ao uso das TIC em sua prática pedagógica. Usando os recursos das TIC, o professor pode se beneficiar com as facilidades que elas oferecem, bem como apoiar os estudantes na difícil tarefa de localizar, filtrar e, principalmente, interpretar as informações relevantes disponíveis no ciberespaço. Interpretação essa que precisa considerar a dimensão histórica e dialética da realidade na qual a sociedade está inserida, pautando-se pelo paradigma

---

<sup>17</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGEEd - UFRN.

<sup>18</sup> Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação, PPGEEd - UFRN.

contra hegemônico, para mudar o cenário da educação brasileira historicamente subordinada aos interesses do capital mundial e das elites locais.

Daí a importância do professor na condução desse processo, apoiado por políticas públicas e iniciativas governamentais que lhe proporcionem meios adequados de trabalho e formação. A responsabilidade por sua formação para o uso das TIC, no entanto, tem sido atribuída ao professor, constringido a modificar seu perfil profissional, sem que lhe sejam oferecidas as bases de sustentação para que as mudanças ocorram.

As políticas de inclusão digital e de formação docente têm seus objetivos circunscritos aos interesses do capital, visto que, em geral, é priorizada a distribuição de equipamentos e ações formativas que visam à mera instrumentalização técnica dos sujeitos. Para que isso não ocorra, as TIC, ao serem integradas à prática pedagógica do professor, precisam ser (re)significadas visando a promover a mediação dos processos de ensino-aprendizagem sem se tornarem um fim em si mesmas (ALONSO, 2008). Nesse sentido, passamos a analisar as políticas de formação continuada de professores para uso das TICs.

## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ÂMBITO DO *PROINFO***

O Programa Nacional de Informática na Educação, *Proinfo*, criado em 9 de abril de 1997, pela Portaria nº 522/MEC, propõe, em seu primeiro artigo, inciso III, “promover a capacitação dos agentes educacionais envolvidos nas ações do Programa”. O *Proinfo* se tornou, desde então, o programa governamental encarregado das políticas públicas de formação de professores para uso das TIC. Entretanto, ele o tem feito em defesa dos interesses do mercado, visando à capacitação de mão de obra minimamente qualificada para atender às demandas dos meios de produção. Esse investimento em formação ocorreu, de forma assíncrona, em relação às políticas de informatização das escolas, e insuficiente, em relação à demanda e à necessidade dessa formação. Houve um descompasso entre a distribuição dos equipamentos e a formação do professor para usá-los.

Naquele primeiro momento, parecia haver uma crença ingênua de que a simples oferta das tecnologias (computadores e conexão à internet), seria suficiente para resolver os problemas da educação. Isso associado à sobreposição de ações em relação a inclusão digital e oferta de recursos computacionais, por diferentes ministérios (Comunicação, Ciência e Tecnologia, Casa Civil, Educação, etc.), e à falta de planejamento conjunto, levou a que pouco se tenha feito em relação à formação do professor naquele contexto.

Em 2007, com a reformulação do Proinfo, e a criação do Proinfo Integrado (BRASIL, 2007), programa realizado com recursos do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação (PDE), é que políticas mais concretas começam a ser implementadas visando corrigir esse equívoco. Esse atraso, de aproximadamente oito anos, foi profundamente prejudicial às pretensões de melhoria na qualidade da Educação. Muitas escolas, que receberam laboratórios de informática, como parte das políticas públicas do *Proinfo* para promover inclusão digital, no âmbito das escolas da educação básica, desde sua implantação, em 1997, praticamente, não usaram os recursos porque os professores não se sentiam seguros para fazê-lo. O fato é que o principal problema não estava na aquisição e distribuição dos equipamentos, mas, na falta de planejamento para fazer essa estrutura funcionar e no despreparo do professor para usar esses recursos pedagogicamente. Vale ressaltar que esforços têm sido feitos, pelos Núcleos de Tecnologias Educacionais, NTE, ligados ao *Proinfo*, em suas instâncias municipais, estaduais e federal. Os NTE coordenam ações de acompanhamento, instalação de equipamentos, prestação de suporte técnico visando à manutenção dos equipamentos e, principalmente, à oferta de suporte pedagógico aos professores das escolas para o uso das TIC, mediante cursos de capacitação, atualização e aperfeiçoamento.

Esses esforços, entretanto, ainda são muito tímidos, face as necessidades e demandas da comunidade escolar. Certamente muito mais poderia ter sido feito, pelos NTE, se melhores condições de trabalho tivessem sido oferecidas. Nos encontros nacionais promovidos pelo *Proinfo*, eram recorrentes os questionamentos às políticas implementadas pelo *Proinfo*. Entre elas, a falta de apoio das secretarias estaduais e municipais de educação para a participação de gestores e professores nos processos formativos; ausência de propostas para uso das TIC nos Projetos Político Pedagógico, PPP, das escolas; dificuldade dos professores formadores, professores de salas de aula e gestores, em assimilar a proposta de uso das TIC como recurso pedagógico a ser incluído no planejamento de aula como parte do processo de ensino e não como um apêndice sem conexão com as atividades de sala; falta de objetivos claros e bem definidos em relação às ações de formação docente promovida pelos NTE, visando à melhoria do trabalho pedagógico, entre outros.

Com a constatação dos resultados limitados dos projetos promovidos pelo *Proinfo*, em relação a melhoria da qualidade da educação por meio da inserção das TIC na mediação dos processos de ensino-aprendizagem, surgiram críticas no sentido de colocar em dúvida a eficácia do uso das TIC na educação. O mal-estar decorrente da dificuldade do professor, imigrante digital, nascido em meio a uma cultura analógica, agora, obrigado a atuar em um

contexto digital, reforçou e deu sentido a essas críticas. Os professores que não foram, devidamente e, em tempo hábil, capacitados para o uso das tecnologias, desenvolvem uma resistência a essas tecnologias, que, em alguns casos, chegam a ser vistas como ameaças, quando deveriam ser encaradas como aliadas por esses mesmos professores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que se aplicam à formação de professores para uso das TIC, basicamente restritas as promovidas pelo *Proinfo*, têm sido insuficientes. Essa insuficiência não só é consequência simples e direta da falta de recursos, mas também cumpre um propósito ideológico de dominação. A falta de recursos para a aplicação dessas políticas constitui a afirmação desse propósito, porque os impostos recolhidos são sistemática e prioritariamente usados para atender aos interesses do mercado.

Nenhum programa de melhoria da qualidade da educação ocorrerá sem a participação efetiva dos professores e essa participação implica capacitação. Formação continuada é a palavra de ordem quando o que se pretende é o uso efetivo das TIC na educação. A formação do professor, entendida como elemento essencial para a consolidação de uma política de inclusão digital, no contexto escolar, apresenta-se como uma exigência da sociedade do conhecimento.

## REFERÊNCIA

ALONSO, Katia Morosov. **Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas**. Educação & Sociedade, v. 29, n. 104, 2008.

SCHLEMMER, E. **O trabalho do professor e as novas tecnologias**. Revista Textual. Porto Alegre: Sinpro, v.1, n.1, p. 33-42, nov. 2006.

BRASIL, (2007). Decreto nº 6.300, de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia Educacional – Proinfo. Acessado em: 16/1/2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6300.htm)>.